

## **Tiveram os mesteirais portugueses do final da Idade Média consciência política? Uma proposta de investigação**

*Marco Alexandre Ribeiro*<sup>1</sup>

**Universidade de Lisboa - Centro de História**

**Resumo:** Esta sucinta apresentação da nossa proposta de investigação no curso de Doutoramento pretende expor, em linhas gerais, aqueles que são os objetivos por nós traçados para a prossecução das atividades previstas ao longo do curso. O projeto individual que nos encontramos de momento a desenvolver está integrado no projeto coletivo já terminado MedCrafts e pretende estudar com maior foco o grau de “consciência política” dos mesteirais portugueses entre os reinados de D. Fernando e D. Manuel I. A cronologia selecionada baliza dois importantes momentos na vida política local portuguesa: o período de Interregno após a morte de D. Fernando e posterior ascensão política dos mesteirais e o momento de reformulação dos poderes locais. Tal análise debruçar-se-á, esperamos, em sete espaços urbanos concretos, procurando perscrutar as formas de representação dos mesteirais, bem como os seus modelos de organização e formas de perceção.

**Palavras-chave:** Mesteirais, Mentalidades coletivas, Cultura política, Movimentos populares

**Abstract:** This brief presentation of our research proposal in the Ph.D. course aims to outline the objectives we have set for the pursuit of the activities planned throughout the course. The individual project that we are currently developing is integrated into the already finished collective project MedCrafts and aims to study, with greater focus, the degree of "political consciousness" of the Portuguese craftsmen between the reigns of D. Fernando and D. Manuel I. The selected chronology marks two key moments in Portuguese local political life: the Interregnum period after D. Fernando's death and the subsequent political rise of the craftsmen, and the moment of reformulation of local powers. This analysis will focus, we hope, on seven specific urban spaces, seeking to scrutinize the forms of representation of the craftsmen, as well as their organizational models and forms of perception.

**Keywords:** Craftsmen, Collective mentalities, Political culture, Popular movements

---

<sup>1</sup> <https://www.cienciavitaet.pt//pt/181B-75C8-F5B6>

## 1. Problematizando a temática em estudo

*Os povos do reino, arrazoando em taes novas, cada uns em seus logares, juntaram-se em magotes, como é usança, culpando muito os privados d'el-rei e os grandes da terra que lh'o consentiam; e que pois lh'o eles não diziam, como cumpria, que era bem que se juntassem os povos e que lh'o fossem dizer. E entre os que se principalmente d'isto trabalharam foram os da cidade de Lisboa, onde el-rei então estava, os quaes falando n'isto foram tanto por seu feito em deante que se firmaram todos em conselho de lh'o dizer, elegendo logo por seu capitão e propodor por eles um alfaiate que chamavam Fernão Vasques, homem bem razoado e geitoso para o dizer; e juntaram-se um dia bem tres mil, entre mesteirais de todos mesteres e bésteiros e homens de pé, e todos com armas se foram aos paços onde el-rei pouzava, fazendo grande ruido em falando sobre esta cousa.<sup>2</sup>*

São estas as notícias que nos reporta Fernão Lopes na sua *Crónica de el-rei D. Fernando* acerca dos dias que se terão seguido ao anúncio da união entre o monarca e Leonor Teles pelas ruas da cidade lisboeta. O Povo, assistindo à inércia dos “grandes” do reino, tomava nas suas mãos a responsabilidade de ir junto do rei falar-lhe do descontentamento generalizado que tal união alegadamente provocava. Entre este Povo encontrávamos, diz-nos Fernão Lopes, cerca de 3000 mil sujeitos, entre mesteirais de todos os mesteres, besteiros e homens de pé. De todos eles teria sido escolhido pelos próprios um representante, que falaria ao monarca em nome desta multidão: Fernão Vasques, um alfaiate que o cronista nos apresenta como um “homem bem razoado e geitoso para o dizer”.

Podemos, e até devemos, problematizar esta descrição feita pelo cronista do reino pago pelos monarcas da dinastia de Avis. O esforço para a legitimação do poder régio de João I e da dinastia por ele inaugurada no trono português são sobejamente conhecidos e estudados por uma enormidade de investigadores, que perspetivaram esta problemática sobre diversos pontos de vista. Não é, contudo, o nosso objeto de estudo ou sequer motivo de interesse neste trabalho ou mesmo na tese de doutoramento. Bem sabemos os problemas que o estudo das crónicas coloca ao ofício do historiador. De qualquer das formas, não nos parece irrelevante a referência específica a três mil homens dos mais variados mesteres neste suposto levantamento popular que terá ocorrido um pouco por todo o país, não apenas contra a figura máxima da chefia

---

<sup>2</sup> Fernão Lopes, *Chronica de el-rei D. Fernando. Volume I*, (Lisboa: Escriptorio, 1895-1896), cap. 60º, pp.191.

do reino, mas também contra os “grandes da terra”.

Esta descrição de Fernão Lopes é para nós, por isso, profundamente interessante, na perspetiva do olhar que é estabelecido por agentes externos ao grupo socio-profissional dos mesterais sobre estes últimos. É, parece-nos, inegável a centralidade que é atribuída aos mesterais nesta mobilização de uma massa popular para o exercício de uma forma de protesto junto de um poder institucional, no caso o poder máximo dentro do reino. E protestam não apenas pela palavra, segundo o que o cronista nos revela, mas têm a audácia de fazer este percurso de armas na mão, preparados (eventualmente) para um qualquer conflito que deste protesto pudesse surgir. Tal descrição, embora possa não corresponder precisamente à realidade vivida, não deixa de nos colocar uma importante perspetiva sobre aquele que poderá ter sido (ou não, admita-se) um sentimento generalizado principalmente entre as camadas sociais “mais baixas”.

O que nos parece mais acertado será afirmar que, de facto, após a ascensão de João I ao trono e subsequente resolução do conflito armado com o rei castelhano, que havia desposado a filha de Fernando I de Portugal, os mesterais parecem ter colhido alguns favores do novo monarca. Esta aparente realidade é-nos atestada pela criação e intenção legal de difusão da *Casa dos 24*, garantindo aos elementos dos mesteres uma participação política formal legalmente instituída e regulada. Segundo os diversos estudos que se desenvolveram sobre os poderes locais portugueses do final da Idade Média, particularmente sobre esta instituição em específico<sup>3</sup>, somos confrontados com o surgimento na documentação medieval desta forma de participação política formal dos mesterais. A *Casa dos 24*, criada em Lisboa ainda no final do século XIV deveria ter uma reprodução na generalidade dos poderes locais portugueses, sobretudo (podemos assumir) nos espaços urbanos onde as atividades artesanais teriam um impacto económico mais significativo. Tal realidade, apontam os estudos para outros espaços urbanos que não o de Lisboa, não terá sido tão efetiva assim, podendo ser defendido que a participação política formal dos mesterais não terá de facto vingado no seio dos poderes locais, que, no curso do século XV, se foram fechando numa restrita elite

---

<sup>3</sup> F. P. de Almeida Langhans, *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história*. 2 vols (Lisboa: Imprensa Nacional, 1943–1946). De destacar também a introdução a esta obra, da autoria de Marcello Caetano. F. P. de Almeida Langhans, *A Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa. Subsídios para a sua História*. (Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1948). Marcelo Caetano, “O concelho de Lisboa na crise de 1383-1385”, in *Anais da Academia Portuguesa de História*, II série, vol. 4 (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1953), 9-77. Maria Ângela Beirante, *Ao serviço da República e do Bem Comum: os Vinte e Quatro dos Mesteres de Évora, paradigma dos Vinte e Quatro da Covilhã (1535)*. (Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2014).

governativa, detentora do capital financeiro e, por consequência, do capital político<sup>4</sup>.

Desta circunstância nasce, por isso, a dúvida de que parte o nosso estudo de doutoramento: que papel pretendiam desempenhar os mesteiros na gestão da vida comunitária dos seus tempo e espaço?

A criação da *Casa dos 24* não nos parece ter sido somente um qualquer prémio de consolação para um grupo socioprofissional por um monarca que se esforçava não só por pagar os seus apoios durante a luta pelo poder régio, mas também para consolidar esses apoios e, se possível, conquistar os que lhe faltaram. Tal iniciativa poderá ter consistido numa mais ou menos clara tentativa de ascensão política dos mesteiros, que aproveitando o momento histórico que viviam procuraram assegurar de alguma forma um instrumento legal que materializasse essa mesma vontade coletiva. Tal suposição, contudo, à falta de evidências concretas que o comprovem, não passa disso mesmo: uma suposição. Cremos, contudo, tratar-se de uma suposição com certo fundamento e que deverá pelo menos ser tida em conta. Se nos faltam indícios de que existiu de facto este claro aproveitamento por parte de alguns mesteiros (certamente não da totalidade dos indivíduos pertencentes a este grupo socioprofissional,

---

<sup>4</sup> Sobre a participação política dos mesteiros nos espaços urbanos portugueses finimievais destacamos apenas alguns, bastante recentes: Arnaldo Sousa Melo, “Os mesteiros e o poder concelhio nas cidades medievais portuguesas”, *Edad Media Revista de História, Culturas Políticas Urbanas en la Península Ibérica* 14. (2013), 149-170. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/24003/1/Melo%20EDAD%20MEDIA%2014-2013%20SEPARATAS-7.pdf>. Marco Alexandre Ribeiro; Paulo Morgado e Cunha, “A oficina e a Câmara: a relação entre os mesteiros e a Vereação do Porto nos séculos XIV e XV”, in *Governar a cidade na Europa Medieval* (Castelo de Vide: IEM – Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2021), 305–321. [https://www.academia.edu/57473524/A\\_Oficina\\_e\\_a\\_C%C3%A2mara\\_a\\_rela%C3%A7%C3%A3o\\_entre\\_os\\_mesteiros\\_e\\_a\\_Vere%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_Porto\\_nos\\_s%C3%A9culos\\_XIV\\_e\\_XV](https://www.academia.edu/57473524/A_Oficina_e_a_C%C3%A2mara_a_rela%C3%A7%C3%A3o_entre_os_mesteiros_e_a_Vere%C3%A7%C3%A3o_do_Porto_nos_s%C3%A9culos_XIV_e_XV). Bruno Marconi, “Os Mestres de Ofícios da Lisboa medieval. Uma análise comparada de sua atividade política entre os séculos XIII e XIV” (Tese de Doutoramento, Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de História, 2018). [https://ppghc.historia.ufrj.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=270-os-mestres-de-oficio-da-lisboa-medieval-uma-analise-comparada-de-sua-atividade-politica-entre-os-seculos-xiii-e-xiv&category\\_slug=teses&Itemid=155](https://ppghc.historia.ufrj.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=270-os-mestres-de-oficio-da-lisboa-medieval-uma-analise-comparada-de-sua-atividade-politica-entre-os-seculos-xiii-e-xiv&category_slug=teses&Itemid=155). Bruno Marconi, “A atividade política dos mesteiros de Lisboa no século XIV: da oligarquização do concelho à crise dinástica”, in *Estudos de poder, religião e sociedade na História*. (Rio de Janeiro: Autografia, 2018), 15–29. [https://www.academia.edu/37676830/A\\_atividade\\_pol%C3%ADtica\\_dos\\_mesteiros\\_de\\_Lisboa\\_no\\_s%C3%A9culo\\_XIV\\_da\\_oligarquiza%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_concelho\\_%C3%AO\\_crise\\_din%C3%A1stica](https://www.academia.edu/37676830/A_atividade_pol%C3%ADtica_dos_mesteiros_de_Lisboa_no_s%C3%A9culo_XIV_da_oligarquiza%C3%A7%C3%A3o_do_concelho_%C3%AO_crise_din%C3%A1stica) In ALVES Gracilda COSTA Bruno Marconi da *Estudos de Poder Religi%C3%A3o e Sociedade na Hist%C3%B3ria* Raquel de Oliveira Martins, “A participação dos representantes dos mesteres nas vereações concelhias bracarenenses, no século XV”, *eHumanista* 49 (2021), 16-28. <https://www.ehumanista.ucsb.edu/sites/default/files/sitefiles/ehumanista/volume49/ehum49js.martins.pdf>. Marco Alexandre Ribeiro, “Os Mesteiros e a Vereação: a relação entre a elite camarária louletana e os mesteiros no final da Idade Média”, in *Atas do V Encontro de História de Loulé* (Loulé: Câmara Municipal, no prelo). Raquel de Oliveira Martins; Marco Alexandre Ribeiro, “A participação política dos mesteiros no período final da Idade Média: uma perspectiva comparativa entre Braga e Loulé” in *Atas das V Jornadas e Congresso MedCrafts* (no prelo).

admitimos), o mesmo se poderá dizer do contrário.

Igualmente suspeitas parecem ser as inúmeras tentativas de vários membros dos mestres um pouco por todos os espaços urbanos portugueses já analisados em maior detalhe para fazerem ouvir a sua voz: através do envio de delegações paralelas às Cortes, em claro protesto contra os Procuradores dos Concelhos (e por extensão o poder concelhio como um todo), numa afirmação da recusa de atribuição da sua representação nestes oficiais e afirmando-se como verdadeiros representantes do Povo<sup>5</sup>; ou ainda nas gestões camarárias deste ou daquele espaço concreto, forçando a mão decisória das Vereações por vias diplomáticas (como é o caso dos agravos), ou através de uma via mais conflituosa com os poderes instituídos (por exemplo através da paralisação das atividades produtivas, como aconteceu diversas vezes na cidade do Porto ao longo do período em causa)<sup>6</sup>.

O projeto de doutoramento que propomos e nos encontramos desenvolvendo parte, por tudo isto, de uma perspetiva da história a partir de camadas sociais historicamente “inferiores”, que pouco ou nada nos terão deixado escrito pelas suas mãos, deixando-nos a sua descoberta e interpretação a partir de representações externas ao grupo específico que procuramos estudar. Esta investigação procura focar, de uma forma mais concreta, o processo de construção (e os seus diferentes graus) de uma “consciência política” nos mestrais portugueses do período final da Idade Média, especificamente entre 1367 e 1521.

## 2. Estado da arte

Pelo caráter descentrado de uma análise exclusivamente histórica que pretendemos, teremos de recorrer a estudos bastante diversificados, até de áreas de investigação científica distintas: a História, a Filosofia e a Sociologia. O nosso tema de investigação não surge de um vazio historiográfico; ele assenta, antes pelo contrário, numa

---

<sup>5</sup> Armindo de Sousa, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, vol. I (Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1990), 210-214. Maria Helena da Cruz Coelho, “O social: do vivido ao representado em Cortes”, in *Actas dos 2<sup>os</sup> Cursos Internacionais de Verão de Cascais* (Cascais: Câmara Municipal, 1996), 15-44. Arnaldo Sousa Melo, *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320–c. 1415 / Travail et Production au Portugal au Moyen Âge: Porto, c. 1320-c. 1415*, vol. 1 (Tese de Doutoramento, Universidade do Minho/EHESS, 2009), 365-366. Maria Helena da Cruz Coelho, “Em prol do bom governo da cidade: a presença das elites urbanas nas cortes medievais portuguesas”, in *La Gobernanza de la Ciudad Europea en la Edad Media* (Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2011), 318-322.

<sup>6</sup> Melo, “Os mestrais e o poder concelhio nas cidades medievais portuguesas”, 168. Ribeiro; Cunha, “A oficina e a Câmara: a relação entre os mestrais e a Vereação do Porto nos séculos XIV e XV”, 318.

produção que tem vindo a expandir-se grandemente ao longo de toda a Europa nas últimas décadas, como prova, de resto, o próprio projeto coletivo em que se insere: o MedCrafts.

Armindo de Sousa abriu, nas décadas finais do século passado, o caminho para uma renovada interpretação da organização socioprofissional dos mesteres medievais portugueses, descentrando a discussão das elites camarárias<sup>7</sup>. A sua contribuição para o segundo volume da coleção *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso<sup>8</sup>, fez quebrar o ceticismo perante a existência de alguma forma de consciência coletiva dos mesterais portugueses, recorrendo à visão da sua *praxis* política entre os finais da Idade Média e inícios da Modernidade. Discussão muito proveitosa se teve até ao final da centúria de novecentos centrada nos problemas da utilização do conceito de “classe social” ou até de “revolução” (conceitos centrais na nossa análise) a realidades históricas anteriores ao processo da Revolução Industrial, a qual parecia em certa medida encerrada até tempos bem recentes, quanto a nós de forma equivocada<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Entre os principais trabalhos realizados a partir desta perspetiva descentrada das elites camarárias medievais destacamos os de: Luís Miguel Duarte, “A Indústria dos oprimidos: conflitos sociais e lutas pela independência em Portugal”, in *Revoluciones e independências a lo largo de la historia* (Valladolid: Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, 2011), 13-45; Maria José Pimenta Ferro Tavares, “A Revolta dos Mesterais de 1383”, in *Actas das III Jornadas Arqueológicas (1977)*, vol. 1 (Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses 1978), 357-383; Adelaide Milan da Costa, “Les artisans et le pouvoir municipale à Porto (XIVe-XVe siècles)”, *Razo - Cahiers du Centre d'Études Médiévales de Nice (L'Artisan dans la Péninsule Ibérique)*, 14 (1993), 53-68.

<sup>8</sup> Armindo de Sousa, “Classes”, *A Monarquia Feudal (1096-1480)*. (Lisboa: Estampa, 1993), 339-355.

<sup>9</sup> Enquanto novas propostas de discussão sobre estas temáticas propomos um conjunto de estudos de diversos autores estrangeiros, perspetivando-as sob diversos pontos de partida distintos: Carlos Astarita, “Tuvo conciencia de classe el campesino medieval?”, *Edad Media*, n. 3 (2000), 89-113. Carlos Astarita, *From Feudalism to Capitalism. Social and Political change in Castile and Western Europe, 1250-1520*. (Leiden: Brill Academic Publishers, 2022). Carlos Astarita, *Revolución en el burgo. Movimientos comunales en la Edad Media. España y Portugal* (Madrid: Akal, 2019). Rod Aya, “Theories of Revolution reconsidered. Contrasting models of collective violence”, *Theory and Society*, vol. 8, n.1 (1979), 39-99. William Brustein, “Class conflict and class collaboration in regional rebellions, 1500 to 1700”, *Theory and Society*, vol. 14, n.4 (1985), 445-468. [https://www.jstor.org/stable/657222#metadata\\_info\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/657222#metadata_info_tab_contents). Peter Burke, “Conclusion. Révoltes populaires et traditions orales”, *Traditions orales et mémoires sociales des révoltes en Europe : XVe-XIXe siècle*. (Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2020). Justine Firnhaber-Baker, “Introduction. Medieval Revolt in context”, *The Routledge History Handbook of Medieval Revolt*. (Londres: Routledge, 2017), 1-16. Justine Firnhaber-Baker, “The eponymous Jacquerie. Making Revolt mean some things”, *The Routledge History Handbook of Medieval Revolt*. (Londres: Routledge, 2017), 55-75. Arthur Hatto, “Revolution. An Enquiry Into the Usefulness of an Historical Term” *Mind*, vol. 58, n. 232 (1949), 495-517. [https://www.jstor.org/stable/2250878#metadata\\_info\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/2250878#metadata_info_tab_contents). David Ragazzoni, “Democratic crises, Revolutions and Civil Resistance”, *A Cultural History of Democracy*, vol. 3: The Renaissance (1450-1650) (Londres: Bloomsbury Publishing, 2021), 159-182. Ghislain Brunel; Serge Brunet, *Les lutes anti-seigneuriales dans l'Europe médiévale et moderne*. (Toulouse: Presses universitaires du Midi, 2020). Samuel K. Cohn, *Lust for Liberty. The politics of social revolt in medieval Europe, 1200-1425*. (Cambridge: Harvard University Press, 2006). Rodney Hilton, *Class Conflict and the Crisis of Feudalism: Essays in Medieval Social History*. (Londres, Bloomsbury Publishing, 1985).

Ainda pela mão deste eminente historiador no contexto português nos chegaram outros trabalhos de enorme relevo para o tema que procuramos aprofundar no nosso Doutoramento. A sua tese de Doutoramento, publicada em 1990 pelo Instituto Nacional de Investigação Científica e o Centro de História da Universidade do Porto, trouxe luz a mecanismos de participação dos mesteirais na gestão política dos espaços urbanos ainda insuficientemente estudados: o envio dos Procuradores do Povo às Cortes portuguesas medievais, um poder paralelo ao dos Procuradores dos Concelhos, que supostamente representariam todo o grande grupo social que encaixamos no “Povo”. Acontece, pois, que os Mesteirais não se sentiriam perfeitamente representados por estes representantes dos Concelhos, tomando nas suas próprias mãos a responsabilidade de se fazerem ouvir no grande centro de decisão nacional, o parlamento medieval<sup>10</sup>.

A existência de alguma forma de consciência coletiva dos mesteirais portugueses é ainda um campo de investigação pouco tratado na historiografia portuguesa, não sendo possível encontrar trabalhos de fôlego (com análises sistemáticas no tempo e no espaço) exclusivamente dedicados ao envolvimento político dos mesteirais depois de 1383-85. Exceções devem ser, no entanto, feitas, honrando alguns importantes avanços que a historiografia lusófona tem alcançado nos últimos anos.

Seria uma tarefa profundamente extensiva enumerar todas as obras que se têm dedicado ao estudo dos poderes locais ao longo da Idade Média desde o período final do Estado Novo português, trabalho, aliás, feito em 2005 por Maria Helena da Cruz Coelho, mas evidentemente já em necessidade de atualização<sup>11</sup>. Contudo, estes trabalhos que se vieram a desenvolver<sup>12</sup> permitem-nos compreender que a perspetiva de que parte o nosso projeto de Doutoramento é fundamental para a compreensão do

---

<sup>10</sup> Armindo de Sousa, *O parlamento medieval português e outros estudos*. (Porto: Fio da Palavra, 2014), 137-174 / 385-458.

<sup>11</sup> Maria Helena da Cruz Coelho, “No palco e nos bastidores do poder local”, in *O poder local em tempo de globalização. Uma história e um futuro* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 2005), 49–74.

<sup>12</sup> Entre as inúmeras obras a que poderíamos aqui fazer alusão, destacaremos apenas as que nos parecem mais pertinentes para o presente estado da arte, considerando a sua atualidade, bem como as novas perspetivas que foram capazes de trazer à historiografia portuguesa e a sua pertinência para o nosso tema de estudo: Adelaide Millán da Costa, “A cultura política em ação. Diálogos institucionais entre a Coroa e os centros urbanos em Portugal no século XIV”, *En la España Medieval*, vol. 36 (2013), 9-29. Mário Farelo, *A Oligarquia Camarária de Lisboa: (1325–1433)*. (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009). <http://hdl.handle.net/10451/569>. Joaquim Romero Magalhães; Maria Helena da Cruz Coelho, *O poder concelhio: das origens às cortes constituintes: notas de história social*, 2ª ed (Coimbra: Centro de Estudos e Formação Autárquica, 2008). Humberto Baquero Moreno, *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI. Estudos de História*. (Lisboa: Editora Presença, 1986).

desenvolvimento político do reino; no entanto a eventual “consciência política” dos mesterais é um tema pouco escolhido pelos historiadores portugueses, sendo necessária uma mais profunda reflexão sobre o tema.

O trabalho que pretendemos realizar permitirá introduzir a análise sobre o papel dos Mesterais na vida política, económica e social dos reinos nos significativos avanços que já se registaram na historiografia estrangeira. Estes são campos de estudo com alguns anos de trabalho em alguns espaços concretos do continente europeu, com destaque para as zonas do Norte e Centro da Europa<sup>13</sup>, no entanto é inegável a ainda atualidade do tema no trabalho historiográfico. Na historiografia estrangeira, vários estudos sugerem a existência de processos de “auto-consciencialização” dos estratos sociais inferiores, estabelecendo o contacto entre a história medieval e conceitos da filosofia e da sociologia políticas contemporâneas, uma abordagem ainda rara na historiografia portuguesa e que propomos realizar no nosso projeto de investigação, numa perspetiva que possa transcender a análise essencialmente histórica.

A maior abundância de fontes e os processos de revolta social que marcaram determinados espaços europeus no período final da Idade Média poderão justificar a profusão mais significativa de estudos desta ordem. Contudo, cremos também que a esta importante motivação se associa ainda uma tradição historiográfica absolutamente distinta da portuguesa, destacando o papel da historiografia marxista que marcou o final do século XX britânico<sup>14</sup>, cujos mais reconhecidos nomes serão porventura

---

<sup>13</sup> Samuel K. Cohn, *Popular Protest in Late-Medieval Europe. Italy, France, and Flanders*. (Manchester: Manchester University Press, 2013). Jan Dumolyn; Jelle Haemers; Hipolito Rafael Oliva Herer; Vincent Challet (coord.), *The Voices of the People in Late Medieval Europe: Communication and Popular Politics*. (Turnhout: Brepols Publishers, 2014). James R Farr, *Artisans in Europe, 1300-1914*. (Cambridge: Cambridge University Press, 2000). Jelle Haemers, “Ad petitionem burgensium. Petitions and peaceful resistance of craftsmen in Flanders and Mechelen (13th-16th centuries).” *Los grupos populares en la ciudad medieval europea*. (La Rioja: Instituto de Estudios Riojanos, 2014), 371-394. Jelle Haemers, “Révolte et requête. Les gens de métiers et les conflits sociaux dans les villes de Flandre (XIIIe–XVe siècle)”, *Revue historique*, n. 677, vol. 1 (2016), 27–55. <https://www.cairn.info/revue-historique-2016-1-page-27.htm>. Didier Lett, “Les voix du peuple à la fin du Moyen Âge”, *Médiévales. Langues, Textes, Histoire*, 71 (2016), 159–176. <http://journals.openedition.org/medievales/7931>. Ken Pennington; David Napolitano, *A Cultural History of Democracy in the Medieval Age*. (London: Bloomsbury Academic, 2021).

<sup>14</sup> Para a realidade historiográfica britânica do final do século XX e também o presente século, destacamos algumas obras de maior relevo para a nossa abordagem, algumas delas partes integrantes desta corrente historiográfica marxista, outras herdeiras ou por elas inspiradas: Rodney Hilton, *Bond Men made Free – Medieval Peasant Movements and the English rising of 1381*. (New York: Routledge, 2003). Helen Lacey, “Litératie pragmatique et conscience politique dans l’Angleterre de la fin du Moyen Âge”, in *Le Moyen Âge dans le texte. Nouvelle édition* (Paris: Éditions de la Sorbonne, 2016), 255-276. <http://books.openedition.org/psorbonne/28893>. Gervase Rosser, “Workers’ Associations in English Medieval Towns”, *Les métiers au Moyen Âge. Aspects Économiques et sociaux. Actes du Colloque international de Louvain-la-Neuve 7-9 octobre 1993* (Louvain-la-Neuve: Université Catholique de

os de Edward Palmer Thompson, Eric Hobsbawm, Perry Anderson ou Rodney Hilton. Paralelamente, parece existir uma grande compreensão do carácter fulcral de abordagens como a que propomos para uma maior compreensão da vida política, económica e social medieval.

Para o caso ibérico, o cenário não é equiparável, o que se compreende por vários fatores de natureza diversa. Apontaríamos, à partida, as décadas de retrocesso civilizacional provocadas pelos regimes fascistas que dominaram grande parte do século XX dos dois países peninsulares. Com os seus projetos totalitários e de reconstrução ou reconfiguração nacionais, preocuparam-se em reescrever o passado para responder a necessidades dos seus presentes, marcando uma orientação ideológica clara e evidente do estudo da História para fazer valer uma visão heroica e absolutamente incorreta de momentos concretos do passado. Este foi o caso, por exemplo, da Revolução de 1383-85 ou ainda da visão sobre as corporações de ofícios portuguesas do período medieval e moderno, em claras tentativas de justificar e valorizar historicamente o corporativismo fascista.

Em todo o caso, nos últimos anos têm surgido diversos trabalhos individuais e coletivos resultantes, muitas vezes, da apresentação e discussão de estudos sobre realidades concretas para diversos espaços urbanos definidos dentro da Península Ibérica e sobretudo para o período final do século XIV e todo o século XV<sup>15</sup>. Para os casos coletivos, destacaríamos as obras *Trabajar en la ciudad medieval europea*, editada por Jesús Solórzano Telechea e Arnaldo Sousa Melo<sup>16</sup>, ou *Los grupos populares en la ciudad medieval europea*, coordenada por Jesús Solórzano Telechea, Beatriz Arízaga Bolumburu e Jelle Haemers<sup>17</sup>. Destes títulos percebemos não apenas a atualidade do tema que pretendemos estudar no contexto da historiografia internacional, mas ainda, e

---

Louvain, 1994), 283-305.

<sup>15</sup> José Maria Monsalvo-Antón, “La participación política de los pecheros en los municipios castellanos de la Baja Edad Media: Aspectos organizativos”, *Studia Historica, Idade Medieval*, n.º 7 (Salamanca: Universidad de Salamanca, 1989), 37-92. Jesús Ángel Solórzano Telechea, “Commo uno más del pueblo: acción colectiva y ambiciones políticas del Común en las villas portuárias de Cantabria en la Baja Edad Media”, *Edad Media Revista de Historia, Culturas Políticas Urbanas en la Península Ibérica*, vol. 14 (Valladolid: Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, 2013), 239-257. Rafael Narbona Vizcaíno, “Cultura política y comunidad urbana: Valencia, siglos XIV-XV”, *Edad Media Revista de Historia, Culturas Políticas Urbanas en la Península Ibérica*, vol. 14 (Valladolid: Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, 2013), 171-221.

<sup>16</sup> Jesús Solórzano Telechea; Arnaldo Sousa Melo (ed.), *Trabajar en la ciudad medieval europea*, Colección Ciencias Históricas, 37 (Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2018).

<sup>17</sup> Jesús Solórzano Telechea; Beatriz Arízaga Bolumburu; Jelle Haemers (coord), *Los grupos populares en la ciudad medieval europea* (Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2014).

provavelmente mais importante, a enorme necessidade que existe ainda de preencher algumas lacunas no que respeita à interpretação daquilo que terá sido o papel político, social e económico dos Mesterais ao longo da Idade Média de uma perspetiva da história da cultura e das mentalidades.

Para o caso específico da historiografia lusófona destacam-se, no presente século, dois nomes de investigadores que se têm dedicado com afinco à compreensão das circunstâncias de vida e trabalho dos Mesterais em Portugal desde o século XIII ao XVI. É o caso de Arnaldo Melo, seguramente o nome maior no estudo da História do Trabalho medieval na atualidade em Portugal. A sua tese de Doutoramento, apresentada e defendida em 2009 versa precisamente sobre o *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média*, centrando a sua análise no caso concreto da cidade do Porto entre 1320 e 1415<sup>18</sup>, mas sem nunca esquecer as aproximações possíveis à altura a outros espaços urbanos do reino de Portugal deste período. Após esta tese, multiplicaram-se os seus estudos convertidos em artigos e capítulos de livros que têm permitido descoratar diversos aspetos daquilo que poderão ter sido as vivências materiais dos Mesterais neste espaço e tempo concretos<sup>19</sup>. Os seus trabalhos foram absolutamente basilares para a construção do nosso projeto de Doutoramento e permitem em larga medida lançar as questões das quais partimos para a nossa investigação.

Por sua vez, Bruno Marconi introduziu também algumas novidades no estudo dos Mesterais lisboetas entre os séculos XIII e XIV, perspetivando um objeto de estudo já largamente discutido pela historiografia portuguesa a partir de novas abordagens, auxiliadas por outras áreas do saber científico, como a Filosofia e a Sociologia contemporâneas. *A experiência social dos mesterais medievais portugueses – uma abordagem thompsoniana*<sup>20</sup> corresponde a uma abordagem histórica desta problemática

---

<sup>18</sup> Melo, *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c.1320-c. 1415 / Travail et Production au Portugal au Moyen Âge: Porto, c. 1320-c. 1415*.

<sup>19</sup> Melo, “Os mesterais e o poder concelhio nas cidades medievais portuguesas”; Arnaldo Melo, “Os mesterais no governo urbano do Porto nos séculos XIV e XV”, in *La Gobernanza de la ciudad europea en la Edad Media*. (Logroño: Centro de Estudios Riojanos, 2011), 323-347. Arnaldo Melo, “Os espaços dos mesteres nas cidades medievais e nas suas periferias: Tipologia e metodologia de análise”, in *Espaços e Poderes na Europa Medieval*. (Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2018), 337-358. Maria do Carmo Ribeiro; Arnaldo Sousa Melo, “A influência das atividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa”, in *Evolução da Paisagem urbana: sociedade e economia*, (Braga: CITCEM, 2012), 145-172. Arnaldo Sousa Melo, “Les métiers en ville au Portugal (XIIIe-XVe siècles)”, in *Tra Economia e politica: le Corporazioni nell’Europa medievale, Pistoia, 13-16 maggio 2005* (Pistoia: Viella, 2007), 111-139.

<sup>20</sup> Bruno Marconi, “A experiência social dos mesterais medievais portugueses - uma abordagem thompsoniana”, *Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo*, vol. 3, n. 1 (2014), 221-241.

absolutamente original para o estudo da história medieval portuguesa, assegurando em boa medida a possibilidade de um estudo como aquele que propomos, supondo, é claro, uma construção conceptual de determinados conceitos contemporâneos rigorosa e sustentada. Para além deste trabalho, seria também impossível negar a importância e centralidade para o nosso tema de trabalho da tese de doutoramento deste autor, centrada nos *Mestres de Ofícios da Lisboa medieval*<sup>21</sup>, bem como os estudos que desde então tem tornado públicos, centrando maiormente a sua análise na realidade lisboeta para o período imediatamente anterior ao que nos importa<sup>22</sup>.

Finalmente, o projeto MedCrafts (terminado em setembro de 2022) propõe uma análise comparativa das regulamentações profissionais dos mesteres em várias cidades portuguesas, tendo sido responsável pela organização de importantes centros de debate e discussão em torno da regulamentação dos mesteres no período que estudamos, bem como de diversos projetos de tese de Doutoramento e algumas dissertações de mestrado<sup>23</sup>. A estes centros de debate e discussão, juntam-se ainda diversos artigos elaborados pelos vários membros do projeto coletivo que se têm tornado públicos muito recentemente<sup>24</sup>, prevendo-se ainda o lançamento de algumas obras coletivas que em muito contribuirão para o aprofundamento do conhecimento de distintas

---

<sup>21</sup> Marconi, “Os Mestres de Ofícios da Lisboa medieval. Uma análise comparada de sua atividade política entre os séculos XIII e XIV”.

<sup>22</sup> Bruno Marconi, “Sandice de dois sapateiros e alfaiates? O repertório de ações coletivas dos mesterais lisboetas nos séculos XIII e XIV”, in *Trabajar en la ciudad medieval europea*, vol. 1 (Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2018), 379-408. Marconi, “A atividade política dos mesterais de Lisboa no século XIV: da oligarquização do concelho à crise dinástica”; Bruno Marconi, “Agentes sociais e organização político-institucional do poder concelhio português na Idade Média: o caso da Lisboa do século XIII”, in *IX Semana de História Política/VI Seminário Nacional de História Política, Cultura e Sociedade, 2014, Rio de Janeiro. Anais IX Semana de História Política/VI Seminário Nacional de História Política, Cultura e Sociedade*, vol. 1 (Rio de Janeiro: UERJ, PPGH, 2014) p. 500-511. Bruno Marconi, “Experiência social e resistência em Portugal no século XIV - as revoltas mesterais e a oligarquia camarária de Lisboa”, *Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medieval*, vol. 5 (2016) p. 115-140.

<sup>23</sup> Josefa Cardoso Madureira, *Os Carniceiros no final da Idade Média (séc. XIV-XV)* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2021). Marco Alexandre Ribeiro, *As atas de vereação do Porto de 1485 a 1488: Leitura paleográfica, publicação e estudo prévio* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019). Mariana Fonseca Antunes Alves Pereira, *A Mulher e o Trabalho nas cidades e vilas portuguesas medievais (séculos XIV e XV)* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2020).

<sup>24</sup> A título de exemplo destacaremos apenas alguns títulos que, por terem uma ligação mais direta ao nosso tema de trabalho e investigação, nos pareceram mais pertinentes: Ribeiro; Cunha, “A oficina e a Câmara: a relação entre os mesterais e a Vereação do Porto nos séculos XIV e XV”; Josefa Madureira; Luís Miguel Duarte, “Quem quer casar com um carnicheiro? Importância, riqueza, poder e medo – Portugal na Baixa Idade Média”, *eHumanista*, 49 (2021), 77-83. Martins, “A participação dos representantes dos mesteres nas vereações concelhias bracarenses, no século XV”. Em boa verdade, todo o número da revista *eHumanista* aqui referido nos dois últimos trabalhos é composto por estudos da equipa MedCrafts, sendo este número integralmente dedicado ao estudo dos mesteres no período final da Idade Média.

realidades que ainda nos são relativamente desconhecidas<sup>25</sup>.

A obra coordenada por Phillipe Bernardi, Corine Maitte e François Rivière, lançada em 2020<sup>26</sup> reconhece a importância dos mesterais enquanto atores das próprias regulamentações, em diálogo com outros atores. Todas estas investigações a que aqui aludimos destacaram a capacidade de organização e/ou decisão coletiva dos mesterais, um fenómeno que tinha sido identificado por Armindo de Sousa, mas que o autor não pôde aprofundar.

O presente projeto, que parte de todos estes avanços historiográficos já alcançados entre nós, permitirá, por tudo aquilo que apresentamos, introduzir uma nova abordagem às dinâmicas da sociedade portuguesa na cronologia apresentada, acompanhando as tendências historiográficas internacionais. Procuramos com este trabalho preencher importantes lacunas ainda existentes, na tentativa de compreensão daquilo que terão sido as circunstâncias materiais de vida e trabalho dos Mesterais portugueses no final da Idade Média, nomeadamente no que respeita à sua cultura e participação políticas, para as quais as fontes nos parecem indicar algumas respostas, embora muito pouco concretas até ao presente momento.

### **3. O tema e as etapas do trabalho**

Com este projeto de Doutoramento, pretendemos aferir o grau de “consciência política” dos mesterais portugueses, conjunto diversificado e heterogéneo de indivíduos, e a sua evolução ao longo do tempo, desde as revoltas no reinado de D. Fernando e a Revolução de 1383-85, até ao momento de limitação dos poderes locais, no reinado de D. Manuel I. Selecionamos sete centros urbanos como observatório do fenómeno: Braga, Porto, Coimbra, Lisboa, Évora, Loulé e Funchal, bem como, naturalmente, as instâncias do poder central. Estes centros destacam-se no conjunto do Reino: quatro sentam-se no primeiro banco das Cortes, mas alargou-se a amostra a cidades de menor influência política e a um centro urbano completamente novo (Funchal). A escolha destes centros justifica-se por apresentarem características sócio-político-económicas distintas, o que permitirá um bom grau de comparabilidade entre elas, e também porque

---

<sup>25</sup> Neste contexto destacamos as obras que resultarão da reunião dos artigos provenientes das comunicações elaboradas pelos membros do projeto coletivo ao longo das III, IV e V Jornadas MedCrafts, aos quais se juntarão também os textos resultantes do Congresso MedCrafts, que marcou o final da atividade do projeto, em setembro de 2022.

<sup>26</sup> Phillipe Bernardi; Corine Maitte; François Rivière (ed.), *Dans les règles du métier. Les acteurs des normes professionnelles au Moyen Âge et à l'époque moderne* (Palermo: New Digital Frontiers, 2020).

conservam um conjunto de fontes documentais mais consistente (várias delas já publicadas). Esta investigação integra o projeto coletivo MedCrafts (PTDC/HAR-HIS/31427/2017), que propõe uma análise comparativa das regulamentações dos mestres em várias cidades portuguesas nos séculos XIV e XV. Aproveitar-se-ão as ferramentas de análise já discutidas e consolidadas pela equipa no tratamento das regulamentações dos mestres.

Escolhemos dividir o trabalho em três partes, correspondendo as duas primeiras a uma abordagem contextual e a uma definição dos conceitos operatórios, e a terceira ao cerne deste trabalho: a análise da *praxis* política dos mestrais no espaço e cronologia definidos.

Na primeira parte, esboçaremos uma síntese sobre a realidade europeia na mesma cronologia. O final da Idade Média foi uma época de agitações políticas e sociais e de reestruturação institucional por toda a Europa<sup>27</sup>, sendo fundamental compreender de que modo estes fenómenos terão influenciado ou estado presentes na realidade portuguesa. Para além disto, abordaremos a evolução dos concelhos medievais portugueses e traçaremos um panorama geral da sociedade medieval do Reino, para melhor identificar e definir os indivíduos que pretendemos estudar.

Na segunda parte estabelecer-se-á a definição do conceito de “consciência política”, com base em obras histórico-filosóficas de referência<sup>28</sup>. Esta definição é essencial para se avaliar o seu grau de aplicabilidade à realidade a analisar.

A terceira parte focar-se-á na análise das práticas políticas dos mestrais. Partindo das revoltas no tempo de D. Fernando, examinar-se-á a par e passo o papel dos mestrais no desenrolar dos eventos políticos e a tradução deste envolvimento. Pretende-se entender de que forma agiram imediatamente antes e durante o momento

---

<sup>27</sup> Sobre as principais revoltas urbanas no período final da Idade Média, procuraríamos destacar apenas aquela que nos parece ser a maior obra de referência sobre este tópico específico, sendo ainda muito consultada, pelo seu pioneirismo neste campo de investigação, mas também pela abrangência geográfica que é capaz de abarcar: Michel Mollat; Philippe Wolff, *Ongles bleus Jacques et Ciompi: les révolutions populaires en Europe aux XIVe et XVe siècles* (Paris: Calmann-Lévy, 1970).

<sup>28</sup> Émile Durkheim, *De la division du travail social*, 2ª ed. (Paris: Presses Universitaires de France, 1991); Georges Friedmann; Pierre Naville (dir.), *Traité de sociologie du travail* (Paris: Armand Colin, 1961–1962); E. P. Thompson, *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser* (Rio de Janeiro: Zahar, 1981); Georges Hanne, "Introduction. Langage du travail, travail du langage", in *Noms de métiers et catégories professionnelles: Acteurs, pratiques, discours (XVe siècle à nos jours)* (Toulouse: Presses universitaires du Midi, 2010). <http://books.openedition.org/pumi/33011>; Claude Durand, *Conscience ouvrière et action syndicale*, (Paris: Editions de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1971).

revolucionário de 1383-85 para se compreender o que a sua atuação lhes trouxe de benéfico ou de frustrante, avaliando eventuais especificidades da organização socio-profissional das mulheres e minorias religiosas.

Concentrar-nos-emos depois na evolução dos processos de construção de “consciência política” dos mesterais ao longo dos diferentes reinados. A sua relevância política oscilou ao longo do tempo, com o registo de presenças mais ou menos assíduas destes indivíduos em diferentes instâncias de decisão política, fazendo-se representar de formas distintas: com ou sem designação formal, em nome do indivíduo singular ou do(s) mester(es) no seu coletivo.

Para tal, será necessário recorrer a um conjunto alargado de fontes históricas. As atas de Vereação, as Posturas municipais, os capítulos de Cortes, gerais e especiais, as sentenças, a cronística, os Regimentos corporativos ou de confrarias, as Ordenações do Reino e as Chancelarias Régias serão a base, bem como os estudos específicos já elaborados sobre cada um destes tipos de fontes. A partir destas fontes, identificaremos formas de representação dos mesterais ao longo do tempo e tentaremos categorizá-las, considerando que algumas delas não têm ainda uma definição completa (os “vedores”, os “procuradores jurídicos dos mesterais” ou os “procuradores dos mesteres” ou “do povo”, entre outros). Procuraremos entender quais as formas de organização interna dos mesterais portugueses (se e quando tinham), e estudar a dimensão de auto-organização e também de mobilização.

Será fundamental analisar os mecanismos de organização espacial e de organização institucional/intervenção coletiva utilizados pelos mesterais, como as “Confrarias”, as “Casas dos 24”, as “Corporações de Ofícios” ou as delegações paralelas que enviavam às Cortes por não se sentirem representados pelos Procuradores municipais. Seguidamente, serão examinadas as práticas discursivas utilizadas, bem como as formas de resistência dos mesterais – através de uma via judicial, com recurso a entidades políticas de autoridade, ou através da paralisação das suas atividades. Pretende-se entender os meios e recursos ao seu dispor e ainda a sua dinâmica de decisão coletiva.

Para a realização do estudo que propomos será fundamental não só a análise das formas de organização e decisão coletiva nos termos propostos por Armindo de Sousa no seu capítulo dedicado aos Mesterais no segundo volume da *História de Portugal* dirigido por José Mattoso, mas também das práticas discursivas dos mesterais. Um exercício deste tipo já tinha sido feito pelo autor na sua tese de Doutoramento a que

atrás nos referimos, através da análise dos discursos dos municípios em Cortes. Pretende-se agora replicar essa metodologia, aplicada aos Mesterais, cotejando-se com outras fontes históricas para além das tradicionalmente utilizadas para o efeito. Paralelamente, parece-nos ainda fundamental compreender as dinâmicas de envolvimento político deste corpo social tão diverso e heterogéneo a partir de uma participação “informal”. Os estudos realizados até ao momento e aos quais fizemos alusão, evidenciam um claro processo de marginalização dos Mesterais dos principais cargos concelhios nos vários espaços urbanos portugueses no período final da Idade Média. Contudo, cremos que a gestão da vida em sociedade não se encerra nesses cargos, pelo que é para nós prioritário e urgente atribuir um renovado valor a formas distintas de participação cívica: através de cargos “menores”, ou de uma participação “informal”, recorrendo ao diálogo entre os Mesterais e os poderes institucionais, às formas de confronto entre estes agentes e também à paralisação das atividades profissionais enquanto forma de luta e reivindicação.

É importante ainda considerar as formas de regulação profissional dos mesteres (externas e internas) – os seus estatutos e formas de autorregulação, como os “Regimentos dos Mesteres”, ou intervenções e participações em reuniões camarárias nas quais se decidiam Posturas sobre a atividade artesanal ou tabelamentos de preços ou salários. Sendo um dos maiores motores da vida económica do reino<sup>29</sup>, é indispensável entender se e até que ponto os mesterais tinham a perceção dessa importância e de que forma tal poderá ter contribuído para o desenvolvimento de uma “consciência política” e de um sentido de grupo. As negociações relativas à regulamentação das atividades constituem um bom observatório sobre o modo como os mesterais se dirigiam às autoridades, como se apresentavam, que “direitos” e necessidades entendiam ter, o porquê de terem estes “direitos” e ainda aquilo que pretendiam com o seu envolvimento.

A recolha de informação será sistematizada numa base de dados, construída segundo os vetores de análise enunciados (formas de representação, de organização, práticas discursivas e regulamentações). Na análise interpretativa das fontes teremos em conta o conceito operativo de “consciência política” previamente definido e

---

<sup>29</sup> Melo, *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320-c. 1415 / Travail et Production au Portugal au Moyen Âge: Porto, c. 1320-c. 1415.*; Joana Isabel Sequeira, *O pano da terra: produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*, 1<sup>a</sup> ed. (Porto: Universidade do Porto, 2014), 123-152.

adotaremos, com as devidas adaptações, as metodologias de análise propostas por Armino Sousa<sup>30</sup> e Bruno Marconi<sup>31</sup>.

Acreditamos que este projeto ajudará a compreender melhor a prática e o ambiente políticos portugueses nesta cronologia, perscrutando os valores e as mentalidades coletivas da sociedade através do estudo de um conjunto específico e estratégico de indivíduos, enquanto permitirá aprofundar o conhecimento sobre a realidade dos mestrais no reino português.

#### **4. Considerações iniciais**

Por se tratar de um trabalho ainda em curso, especificamente um trabalho na sua fase inicial, não são muitas as conclusões que poderemos oferecer. Por esse mesmo motivo, aquilo que aqui agora reunimos são, de facto, as considerações iniciais para este estudo, ao invés das usuais considerações finais.

Creemos, por tudo o que aqui procuramos explorar e apresentar (com as reconhecidas falhas que possa esta breve apresentação de um projeto de investigação ter) que o trabalho que nos encontramos desenvolvendo se trata de um verdadeiro passo inovador no seio da historiografia portuguesa, particularmente entre os estudos que se dedicam à Idade Média portuguesa. Não apenas pelo tema em si, perspetivando um grupo socioprofissional já várias vezes visitado, mas de uma perspetiva inovadora, a da sua participação política e desenvolvimento de algum grau de consciência política. Mas acreditamos apresentar algum tipo de inovação também pelo esforço que procuramos fazer ao cruzar distintas áreas das ciências sociais e humanas que acreditamos serem fundamentais para o sucesso do trabalho a que nos propusemos. Os seus efetivos resultados apenas poderão ser ditados pelo percurso de investigação, confirmando ou negando a existência de uma consciência política entre os mestrais portugueses do período final da Idade Média.

Pelos vários estudos já analisados, mas também pelos trabalhos de autoria própria, aos quais fomos aludindo ao longo do presente texto, estamos em crer que se poderá afirmar, por enquanto com os devidos cuidados, a existência de alguma forma de consciência política, pelo menos quando nos referimos a uma mais ou menos clara

---

<sup>30</sup> Sousa, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*.

<sup>31</sup>Marconi, "A experiência social dos mestrais medievais portugueses - uma abordagem thompsoniana", 221-241.

vontade de participação na gestão da vida política local ao longo dos vários espaços urbanos portugueses da altura. Tal vontade é expressa através de diversas formas, como vimos em vários dos pontos de análise presentes neste pequeno texto. Desde as delegações paralelas ao parlamento medieval, às tentativas de participação ativa no seio dos poderes locais, assistimos neste período histórico a uma série de conquistas e frustrações políticas para o conjunto deste grupo socioprofissional, embora não seja de descartar que alguns indivíduos, de forma singular, possam eventualmente ter efetivamente ascendido nas vidas políticas, sociais e económicas dos seus meios mais próximos.

Esperamos que os avanços que procuramos alcançar ao longo dos próximos anos possam revelar todas estas realidades que procuramos explorar, tentando responder a algumas das questões que levantamos, mas sem nunca ter a pretensão de dar este assunto por estudado de forma definitiva. Este é um campo de trabalho e análise em grande medida por explorar, aguardando pelo interesse de outros investigadores que possam dar à historiografia portuguesa novos rumos e perspetivas, fazendo-a acompanhar os ritmos e tendências a que também nos restantes países europeus se assiste.